

PORTARIA Nº 040/2022

O Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos Contratos celebrados pela Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus contratos;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora **MARISA GONÇALVES DO NASCIMENTO MOREIRA**, Matrícula 164, para atuar como Fiscal das seguintes contratações:

I – Contrato Administrativo nº 024/2018, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e a empresa **JJ PAPELARIA E LIVRARIA LTDA.**, cujo objeto é a prestação de serviços de recarga de cartuchos de impressoras jato de tinta, de toner e troca de chip para atendimentos das demandas da secretaria e gabinetes da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete;

II – Contrato Administrativo nº 017/2019, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e a empresa **MACEDO SEGURANÇA PRIVADA LTDA.**, cujo objeto é a contratação de empresa de vigilância armada, em jornada de 12 horas diurnas ininterruptas, de 7 às 19 horas, de segunda-feira a domingo, em escala de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), envolvendo dois vigilantes no posto a ser contratado, com fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos;

III – Contrato Administrativo nº 001/2020, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e a empresa **JJ PAPELARIA E LIVRARIA LTDA.**, cujo objeto é a contratação de microempreendedor individual – MEI, microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP para serviços de manutenção corretiva e preventiva em impressoras, scanner e plastificadoras, pertencentes ao patrimônio da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete;

IV – Contrato Administrativo nº 011/2021, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e a empresa **DUPLICAR COPIADORA EIRELI**, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços de reprodução de documentos (cópias xerográficas), encadernação e plotagem para atender às necessidades da Secretaria e Gabinetes da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete;

V – Contrato Administrativo nº 002/2022, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e a empresa **SUPERMERCADO VIDIGAL LTDA.** – EPP, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo diversos (produtos de

limpeza e higiene, bem como produtos alimentícios) para atendimento às necessidades funcionais e administrativas da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete;

VI – Contrato Administrativo nº 024/2022, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e a empresa **COMERCIAL VENER LTDA. – EPP**, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo diversos (produtos de limpeza e higiene, bem como produtos alimentícios) para atendimento às necessidades funcionais e administrativas da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete;

VII – Contrato Administrativo nº 025/2022, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e a empresa **ULTRA BONI COMÉRCIO LTDA. – ME**, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo diversos (produtos de limpeza e higiene, bem como produtos alimentícios) para atendimento às necessidades funcionais e administrativas da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete;

VIII – Contrato Administrativo nº 026/2022, celebrado entre a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e a empresa **BIG MAIS EIRELI – ME**, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo diversos (produtos de limpeza e higiene, bem como produtos alimentícios) para atendimento às necessidades funcionais e administrativas da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete;

Art. 2º – Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, a servidora ora designada, deverá:

I – acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas nos contratos sob sua fiscalização;

II – observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência;

III – observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

IV – comunicar ao setor responsável e/ou à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação;

V – encaminhar as notas fiscais ao Setor Financeiro, devidamente atestadas, logo após o serviço prestado ou da entrega do objeto; a apresentação de fatura/nota fiscal sem o devido atesto e/ou em desacordo com a Lei 4.320/64, ensejará no não pagamento das mesmas.

Art. 3º – Estabelecer, ainda, que a Fiscal ora designada apresentará relatório trimestral sobre a execução do ajuste.

§ 1º – O relatório de que trata o caput deste artigo deverá conter:

I – descrição circunstanciada da execução do contrato;

II – eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III – as ocorrências que a Fiscal julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato;

IV – a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

§ 2º – A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes ou relevantes pela Fiscal.

§ 3º – Nos contratos com prazo de execução finalizado e que subsista apenas o prazo de vigência quanto a eventuais garantias ou outras condições acessórias previstas no instrumento, fica dispensada a emissão de relatórios na periodicidade especificada no caput deste artigo.

Art. 4º – A servidora nomeada para exercer os atos de fiscalização definidos nesta Portaria será substituída, em seus períodos de férias, por outro(a) servidor(a) que também exerça atribuição de Fiscal de contratos.

Art. 5º – Determinar que a Diretoria-Geral, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Ficam revogadas as Portarias nº 073/2021; 004/2022; 005/2022; 012/2022; e 021/2022.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 06 DE ABRIL DE 2022.

VEREADOR OSWALDO ALVES BARBOSA
- Presidente da Câmara -